



Agravo em Recurso Especial Cível nº 0083595-23.2022.8.19.0000

Agravante: Município do Rio de Janeiro

Agravado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

DECISÃO

Em obediência ao que reza o artigo 1.042, §4º, do Código de Processo Civil em vigor, não vejo motivos para alterar a decisão agravada. O recurso não apresenta outros fundamentos senão aqueles que foram devidamente apreciados no julgamento monocrático. Por essa razão, mantenho a decisão recorrida.

Subam ao E. Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o disposto no artigo 1.042, §7º, do Código de Processo Civil.

Intime-se.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2025.

Desembargador **HELENO NUNES**

Terceiro Vice-Presidente